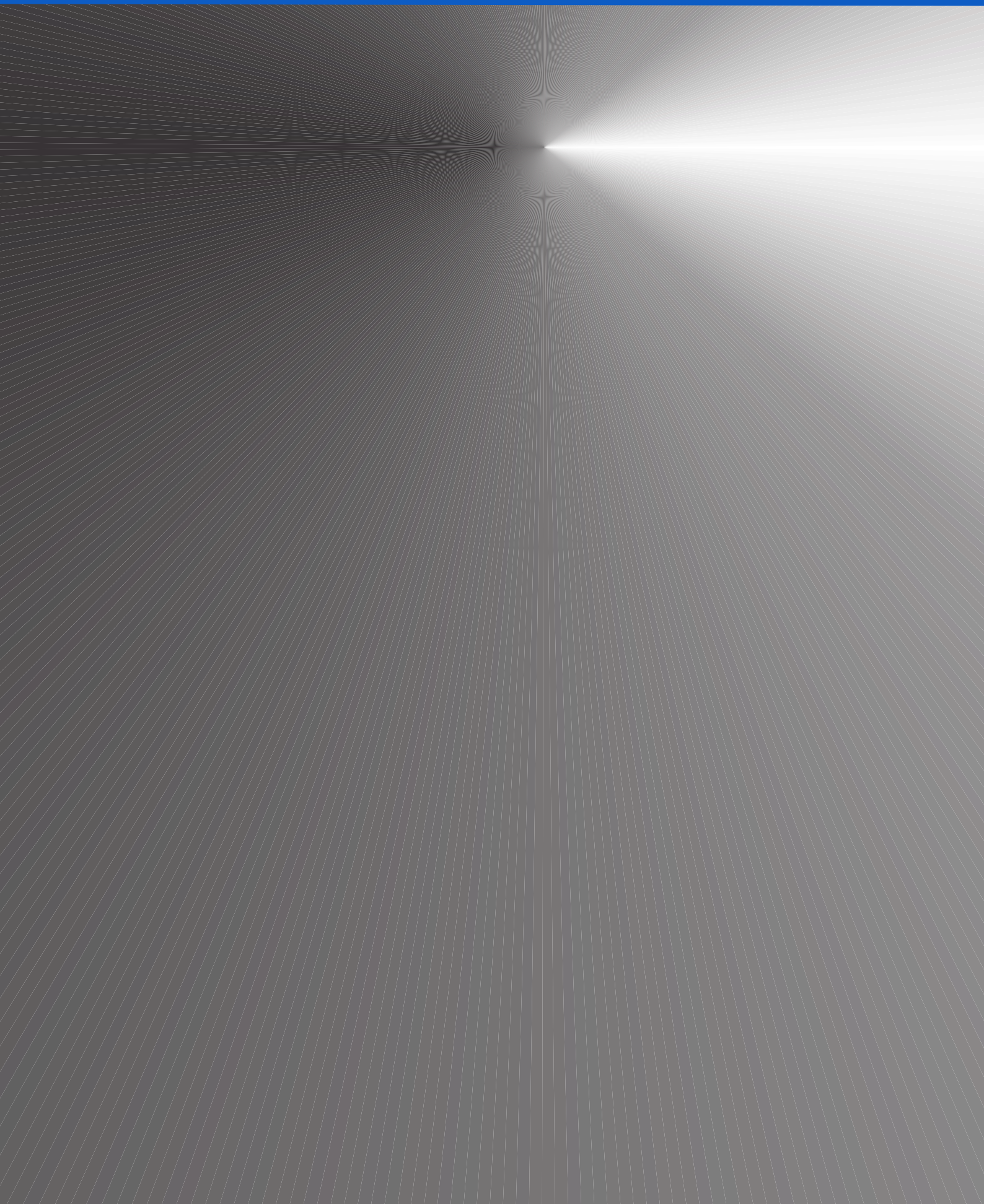
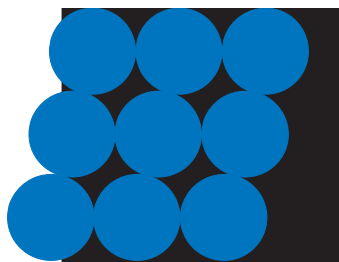


RELATÓRIO DA DIRETORIA 2010





MENSAGEM DO PRESIDENTE

Sem dúvidas, podemos afirmar que 2010 foi predominantemente marcado por pontos positivos para a atividade produtiva do país. Entre eles, a recuperação econômica, após a retração de 2009 em função da crise internacional, iniciada em setembro de 2008. Entre os pontos negativos podemos destacar a expansão dos gastos públicos e sua consequente pressão inflacionária.

A Sondagem Abrasca de Expectativas Econômicas revelou, nos primeiros dias de janeiro de 2010, acentuado otimismo dos empresários. A maioria estava apostando no bom desempenho da economia brasileira, tendência que se repetiu na segunda sondagem realizada em julho. Esta expectativa acabou se confirmando no final do exercício, com o crescimento anual superior a 7%.

Outra tendência importante, detectada pelas Sondagens de 2010, foi a expectativa em relação às taxas de juros. Desde o início do ano as empresas não escondiam a preocupação em relação à elevação dos juros. Em junho isso se evidenciou ainda mais com 58% dos entrevistados acreditando que a Selic iria encerrar 2010 em 11,25% e 40% apostando em taxas ainda maiores. O resultado ficou bem próximo ao estimado, com a Selic fechando 2010 em 10,75%.

Vale destacar também que a Abrasca atualizou estudo, até 2010, mostrando a trajetória do Ibovespa nos últimos 42 anos, em comparação com o Índice Dow Jones. O trabalho apontou que o desempenho do mercado brasileiro de ações registrou elevada rentabilidade real, traduzida por uma taxa média anual superior a 9% contra 1,6% a.a. no mercado americano. Entretanto, devemos ressaltar o maior nível de volatilidade do mercado brasileiro de ações, principalmente nos períodos de grande instabilidade macroeconômica.

Um ano de muito trabalho - Na Abrasca, 2010 foi um ano de intenso trabalho em função do número expressivo de normas colocadas em audiência pública pela CVM, processo no qual tivemos participação ativa em defesa dos interesses dos nossos associados. Entre elas, vale citar a revisão da Instrução 361/02, sobre ofertas públicas de aquisição de ações, sobre a qual a Abrasca sugeriu mudanças substanciais nas propostas apresentadas pelo regulador, tais como a de obrigatoriedade de manifestação do Conselho de Administração a respeito de Ofertas Públicas.

Outro item relevante defendido pela Abrasca, e acatado pela CVM, foi a não exigência de anúncio de intenção firme de realização de uma oferta, dispositivo que implicaria custos e riscos desnecessários para a companhia. Também cabe ressaltar o esforço da associação em relação ao Edital SNC 13/2010, que prevê a normatização do cálculo do LAJIDA/LAJIR. A Abrasca apresentou vários comentários de caráter técnico e de ordem prática para a CVM, apoiada pela Apimec, Ibracon e Fipecafi, merecendo destaque a necessidade de se observar as características específicas de cada setor.

Os representantes da Abrasca no CPC empenharam-se exaustivamente na análise e no aprimoramento dos pronunciamentos que completaram o conjunto de normativos para a implantação do IFRS no Brasil. É importante mencionar o sucesso na defesa da visão das incorporadoras imobiliárias em relação ao método contábil de reconhecimento de receita que melhor reflete a essência das atividades do setor.

Merece destaque ainda: a iniciativa da Abrasca, que junto com o Ibracon e a Fipecafi promoveram o 1º Fórum de Discussão do IASB no Brasil, aproximando a entidade do órgão internacional; e a participação da Abrasca como uma das instituidoras da Fundação de Apoio ao CPC para viabilizar de maneira sustentável as atividades do Comitê.

Vale ressaltar também o posicionamento da nossa entidade contra o projeto desenvolvido por técnicos da Receita Federal. O objetivo era editar Instrução Normativa obrigando as empresas a elaborarem uma contabilidade fiscal paralela em meio digital e apresentá-la mensalmente. O projeto foi entendido pela Abrasca como prejudicial às companhias abertas pelos altíssimos custos, bem como pelo risco de vazamento de informações relevantes.

A Abrasca continuou acompanhando e monitorando alguns temas de grande importância para o mercado de ações. Entre estes, podemos dar destaque a atuação da associação no processo de reforma dos regulamentos do Novo Mercado e demais segmentos especiais, bem como a

permanente defesa do fim das publicações em Diários Oficiais, através de sua substituição pela Central de Balanços do Sped, e a eliminação da obrigatoriedade do rodízio de firmas de auditoria. Essa participação ativa foi alcançada graças ao extraordinário esforço realizado pelas Comissões Técnicas de Auditoria e Normas Contábeis (Canc), Jurídica (Cojur) e de Mercado de Capitais (Comec) na discussão e análise dos importantes temas colocados em debate. É fundamental destacar o excelente trabalho realizado por todos os membros dessas comissões e a alta qualidade dos documentos por eles produzidos. O empenho na busca de um aprimoramento cada vez maior do nosso mercado de capitais esteve sempre presente na firme postura dos participantes das comissões na defesa dos melhores princípios de governança.

Tal postura ficou bem evidenciada pelo posicionamento de nossas associadas nas discussões de reforma das regras do Novo Mercado e dos segmentos especiais. A entidade trabalhou ativamente para que fossem aprovados importantes temas, tais como a não acumulação de cargos de presidente do Conselho de Administração e diretor presidente, a proposta de elaboração de um Código de Conduta e a obrigatoriedade de se elaborar e aprovar uma política de negociação de valores mobiliários; bem como outros temas que fazem parte das preocupações dos agentes de mercado de capitais.

A Abrasca e suas associadas, no entanto, não apoiaram matérias conflitantes com o estilo e as regras próprias de governança das companhias, tais como a obrigatoriedade de criação de Comitê de Auditoria; a obrigatoriedade de ampliar o número de conselheiros independentes no Conselho de Administração; e a obrigatoriedade de realizar oferta pública de aquisição (OPA) para todos os investidores de uma empresa do Novo Mercado, quando um acionista atingisse participação de 30% no capital das companhias.

A rejeição dessas propostas, no caso das companhias do Novo Mercado, deveu-se à convicção de que os mecanismos de controle da administração não precisam ficar restritos a um único modelo, uma vez que sua eficácia depende de fatores não necessariamente vinculados àqueles padrões. Esta postura está expressa no trabalho que vem sendo realizado no processo de elaboração do Código de Autorregulação da Abrasca. Temos a plena convicção que este Código será um grande marco de atuação da Abrasca e seus associados durante os próximos anos.

Principais metas para 2011 – Os esforços da Abrasca estarão concentrados em pontos considerados estratégicos, entre os quais destacamos:

Lançamento do Código de Autorregulação – O objetivo é buscar adesões das companhias ao processo de autorregulação e, em paralelo, receber contribuições e elementos para enriquecer o debate e aprimorar o texto do Código. O texto do Código será submetido à aprovação das nossas associadas em Assembleia Geral Extraordinária.

Reorganizações societárias – Uma questão que vem ganhando corpo, na medida em que aumentam os movimentos de consolidação, são as fusões e aquisições. Pela importância e relevância do tema, a Abrasca vem encaminhando essa questão por duas frentes estratégicas: a primeira foi incluir em seu código de autorregulação dispositivos sobre reorganizações societárias e procedimentos em processos de fusões e aquisições. A segunda, fazendo parte do CAF (Comitê de Aquisições e Fusões), que está em fase de desenvolvimento e vem sendo coordenado pela BM&FBovespa.

Abrasca 40 anos – Este ano, a Abrasca está comemorando 40 anos de existência. Para registrar a data iremos editar um livro sobre a história das companhias abertas brasileiras, que será escrito por Ney Carvalho, um grande estudioso do assunto e que conhece a fundo o nosso mercado. O objetivo desta obra é evidenciar a longa tradição do mercado de capitais em nosso país e a impressionante trajetória de nossas companhias abertas.

Em 2011, certamente, teremos grandes desafios e muitos motivos para comemorar. Afinal, o exaustivo e abrangente trabalho realizado pela Abrasca nas últimas quatro décadas vem sedimentando o crescimento do nosso mercado de capitais e consolidando cada vez mais a presença e atuação das companhias abertas brasileiras.

CONSELHO DIRETOR E DIRETORIA DA ABRASCA 2009/2011

CONSELHO DIRETOR

AGILIO LEÃO DE MACEDO FILHO
Monteiro Aranha S.A.

ALDO VINCENZO BERTOLUCCI
PPE Fios Esmaltados S.A.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Banco Itaú S.A.

ALFRIED KARL PLÖGER
Cia. Melhoramentos de São Paulo

ALMIR GUILHERME BARBASSA
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras

ANDRÉ COVRE
Ultrapar Participações

ANDRÉ LUIS DA COSTA GAIA
Embraer S.A.

ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO
Souza Cruz S.A.

ARTHUR ALEXANDRE DOS SANTOS FILHO
PricewaterhouseCoopers

ARTHUR PIOTTO FILHO
Cia. de Concessões Rodoviárias – CCR

ATILA NOALDO
Beta Securitizadora S.A.

BAYARD DE PAOLI GONTIJO
Oi S.A.

BERNARDO SZPIGEL
Suzano Papel e Celulose S.A.

CARLOS AUGUSTO LIRA AGUIAR
Fibra S.A.

CARMEM CAMPOS PEREIRA
Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.

DOMINGOS FIGUEIREDO DE ABREU
Banco Bradesco S.A.

EDINA APARECIDA GOMES BIAVA
BRF – Brasil Foods S.A.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
BM&FBovespa

ELIZABETH PIOVEZAN BENAMOR
Souza Cruz S.A.

FÁBIO MASCARENHAS ALVES
Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

FÁBIO MENTONE
Bradesco S.A.

FLÁVIO DONATELLI
Duratex S.A.

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER
Gerdau S.A.

GERALDO TOFFANELLO
Gerdau S.A.

GUSTAVO ESTRELLA
CPFL Energia S.A.

HELMUT BOSSERT
Natura Cosméticos S.A.

HENRY SZTUTMAN
Pinheiro Neto Advogados

JOÃO BATISTA DA CUNHA BOMFIM
Cia. de Tecidos Norte de Minas – Coteminas

JOSÉ ANTONIO GOULART DE CARVALHO
Eucatex S.A. Indústria e Comércio

JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA
Bardella S.A.

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA
Cia. de Tecidos Norte de Minas – Cotemi

LÉLIO LAURETTI
Conselheiro Honorário

LEONARDO PEREIRA
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

LEOPOLDO VIRIATO SABOYA
BRF – Brasil Foods S.A.

LÍBANO MIRANDA BARROSO
Tam S.A.

LUCIANA PAULO FERREIRA
Braskem S.A.

LUIS FERNANDO COSTA ESTIMA
Forjas Taurus S.A.

LUIZ CESAR PIZZOTTI
Suzano Papel e Celulose S.A.

LUIZ FERNANDO SARCINELLI GARCIA
Conselheiro Honorário

LUIZ LEONARDO CANTIDIANO
Motta, Fernandez Rocha Advogados

LUIZ SERAFIM SPÍNOLA SANTOS
Cremer S.A.

MARCELA APARECIDA DREHMER ANDRADE
Dixie Toga S.A.

MARCOS ANTÔNIO DE BARROS
Dixie Toga S.A.

MARCOS ANTONIO SILVA MENEZES
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras

MARIA ISABEL BOCATER
Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados

MAURICIO PEREZ BOTELHO
Energisa S.A.

MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

NELSON JOSÉ JAMEL
Cia. de Bebidas das Américas – AmBev

OSVALDO BURGOS SCHIRMER
Metalúrgica Gerdau S.A.

OTÁVIO MALUF
Eucatex S.A. Indústria e Comércio

PAULO CEZAR ARAGÃO
Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados

PAULO SÉRGIO COUTINHO GALVÃO FILHO
Klabin S.A.

PAULO SETUBAL NETO
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.

RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO
Duratex S.A.

RENÉ DE MEDEIROS MARTINS
Globo Comunicação e Participações S.A.

RENEU ALBERTO RIES
Forjas Taurus S.A.

ROBERTO CASTELLO BRANCO
Vale S.A.

ROBERTO FALDINI
Conselheiro Honorário

ROBERTO TERZIANI
Conselheiro Honorário

ROGER ALLAN DOWNEY
MMX Mineração S.A.

RONALD SECKELMANN
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas

STEFAN ALEXANDER
Globo Comunicação e Participações S.A.

TARCÍSIO BEUREN
Metalúrgica Gerdau S.A.

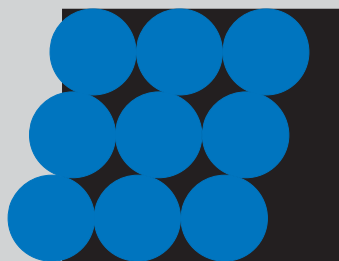
THOMAS RICARDO AUERBACH
Dixie Toga S.A.

THOMÁS TOSTA DE SÁ
Mangels Industrial S.A.

VICTÓRIO CARLOS DE MARCHI
Cia. de Bebidas das Américas – AmBev

VICTÓRIO FERNANDO BHERING CABRAL
Conselheiro Honorário

WILSON AMARANTE
Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.



DIRETORIA

PRESIDENTE

ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO
Souza Cruz S.A.

1º VICE-PRESIDENTE

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER
Gerdau S.A.

VICE-PRESIDENTES

ALFRIED KARL PLÖGER
Cia. Melhoramentos de São Paulo

LUIZ SERAFIM SPÍNOLA SANTOS
Cremer S.A.

PAULO SETUBAL NETO
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

DIRETORES

LUIS FERNANDO COSTA ESTIMA
Forjas Taurus S.A.

MAURÍCIO PEREZ BOTELHO
Energisa S.A.

MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

OSVALDO BURGOS SCHIRMER
Metalúrgica Gerdau S.A.

PAULO CEZAR CASTELO BRANCO ARAGÃO
Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados

ROBERTO TERZIANI
Oi S.A.

THOMAS TOSTA DE SÁ
Mangels Industrial S.A.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMEC – COMISSÃO DE MERCADO DE CAPITAIS

TARCÍSIO BEUREN
Presidente

ELIZABETH PIOVEZAN BENAMOR
Vice-Presidente

COJUR – COMISSÃO JURÍDICA

HENRY SZTUTMAN
Presidente

NAIR VERAS SALDANHA JANSON
Vice-Presidente

CANC – COMISSÃO DE AUDITORIA E NORMAS CONTÁBEIS

ARTHUR ALEXANDRE DOS SANTOS FILHO
Presidente

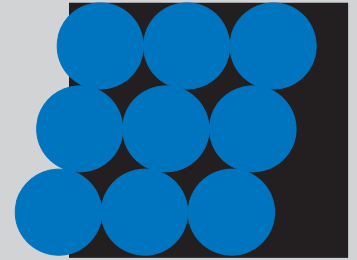
ANTONIO LUIZ SARNO
Vice-Presidente

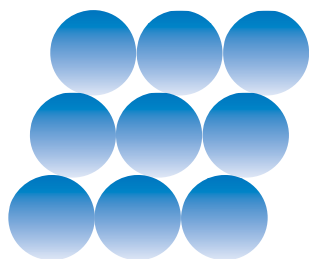
SUPERINTENDENTE GERAL

EDUARDO LUCANO DOS REIS DA PONTE

ADESÕES DE ASSOCIADAS

- Anhanguera Educacional Participações S.A.
- Banco Pine S.A.
- Banco Santander (Brasil) S.A.
- Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.
- CEG S.A.
- CETIP
- Cia. Estadual de Distribuição de Energia Elétrica S.A.
- Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A.
- Cielo S.A.
- CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.
- Direcional Engenharia S.A.
- Estácio Participações S.A.
- Fibria Celulose S.A.
- Fleury S.A.
- Gafisa S.A.
- Helbor Empreendimentos S.A.
- Julio Simões Logística S.A.
- Levy & Salomão Advogados
- Minerva S.A.
- MRV Engenharia e Participações
- OSX Brasil S.A.
- Rota das Bandeiras S.A.
- Santos Brasil Participações S.A.
- São Carlos Empreendimentos e Participações S.A.
- Scarponi Advogados
- Trisul S.A.
- Vitor Costa Advogados
- WTORRE Empreendimentos Imobiliários S.A.
- Xavier, Bernardes, Bragança, Sociedade de Advogados





REPRESENTATIVIDADE

Em 31/12/2010, a Abrasca conta 197 associados, com valor de mercado de 1,5 trilhões de dólares, representando 89% do total do valor de mercado das empresas listadas na BM&FBovespa.

A Associação se faz representar nas seguintes instituições do mercado de capitais:

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

Alfried Karl Plöger e Eliseu Martins

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (CRSFN)

Darwin Corrêa

CONSELHO DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS DO MERCADO DE CAPITAIS DA ANBIMA

Luiz Serafim Spinola Santos e Elizabeth Piovezan Benamor

COMISSÃO CONSULTIVA DE NORMAS CONTÁBEIS (CVM)

Arthur Alexandre dos Santos Filho e Antonio Luiz Sarno

CONSELHO CONSULTIVO DE CERTIFICAÇÃO DO IBGC

Luiz Serafim Spinola Santos

COMITÊ CONSULTIVO DE EDUCAÇÃO (CVM)

Ana Paula Marques e Sandra Calçado

INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS (IBMEC)

Antonio D.C. Castro e Eduardo Lucano da Ponte

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRIVATE EQUITY E VENTURE CAPITAL (ABVCAP)

Thomas Tosta de Sá

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (IBRI)

Luciana Paulo Ferreira

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO (CODIM)

Edina Biava e Elizabeth Piovezan Benamor

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIDORES (INI)

Luiz Serafim Spinola Santos

PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITAIS

Maurício Perez Botelho

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

Arthur Alexandre dos Santos, Eduardo Nogueira de Carvalho e Alessandra Heloise Vieira

CONSELHO DE SUP. DO ANALISTA DE VAL. MOBILIÁRIOS – CSA (APIMEC NACIONAL)

Antonio D.C. Castro

GRUPO DE TRABALHO DO COMITÊ DE AQUISIÇÕES E FUSÕES (BOVESPA)

Antonio D.C. Castro

CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO DE APOIO DO CPC

Antonio D.C. Castro

CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA TRANSPARÊNCIAS DO IBRACON

Antonio D.C. Castro

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF)

Almir Motta da Silva

O Relatório Anual da Abrasca se integra ao Anuário Estatístico das Companhias Abertas para demonstrar a sua representatividade no conjunto da economia brasileira, com relação, principalmente, à participação para a formação do PIB, impostos pagos, empregos e investimentos.

CÓDIGO DE AUTORREGULAÇÃO DA ABRASCA

Ao longo de 2010 a Abrasca concentrou grande atenção na elaboração do seu Código de Autorregulação, que visa estabelecer um bom padrão de governança, especialmente para as companhias que estão abrindo o capital ou reativando a captação de recursos via mercado. O objetivo é disseminar as boas práticas para reforçar a percepção de qualidade do investimento em ações das companhias da jurisdição brasileira tanto pelos investidores locais quanto internacionais.

O sucesso da iniciativa trará ainda melhor precificação para as ações das companhias brasileiras, múltiplos mais elevados e conseqüentemente redução do custo de capital. Portanto, destina-se a criar valor para as associadas da Abrasca. A iniciativa da associação também visa ocupar o espaço da regulação da governança pelas próprias companhias, através da entidade que as congrega, evitando que agentes – governamentais e privados – de menor sensibilidade para as peculiaridades inerentes à administração das sociedades anônimas venham a fazê-lo.

Nos últimos dois anos um Grupo de Trabalho integrado por experientes representantes de importantes companhias abertas, advogados especializados na área do mercado de capitais e um ex-presidente da CVM encarregou-se da elaboração da minuta do Código. Adotou-se a moderna abordagem do “aplique ou explique”, que objetiva dar liberdade para cada companhia manter sua cultura, desde que mostre como observa os princípios e padrões de boa governança.

As linhas mestras do Código abrangem temas de grande relevância: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Política de Remuneração; Controles Internos e Gestão de Riscos; Operações com Partes Relacionadas; Controle e Divulgação de Informações Relevantes; Relação com o Mercado de Capitais; e Reorganizações Societárias. Alguns desses tópicos refletem preocupações manifestadas pela CVM, como, por exemplo, o tema da gestão de riscos, cuja relevância se relaciona com as perdas com derivativos financeiros que algumas empresas sofreram em 2008, evidenciando a necessidade de reforçar o papel dos conselheiros nos controles internos das companhias.

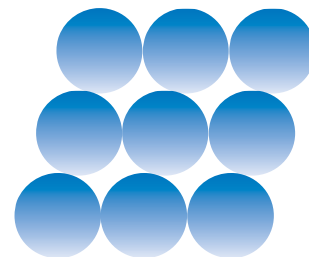
NOVO MERCADO: COMPANHIAS APOIAM AUMENTO DA TRANSPARÊNCIA E REJEITAM PROPOSTAS QUE ENGESSAM E PADRONIZAM GOVERNANÇA

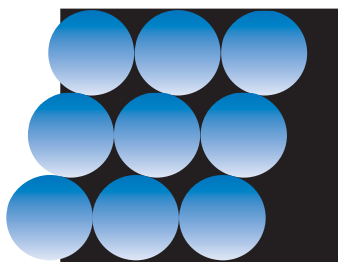
A Abrasca participou ativamente das discussões da Reforma do Novo Mercado defendendo, por meio de suas comissões técnicas, os interesses das companhias listadas neste segmento especial de governança corporativa. Entre as diversas propostas colocadas em votação pela BM&FBovespa apenas três foram rejeitadas pelas companhias abertas.

Dois pontos tratavam de matérias que dizem respeito à governança das companhias: a criação compulsória de um Comitê de Auditoria e a elevação no número relativo de membros independentes nos conselhos de administração. A rejeição dessas propostas deveu-se à convicção de que os mecanismos de controle da administração não precisam ficar restritos a um único modelo, uma vez que sua eficácia depende de fatores não necessariamente vinculados àqueles padrões.

O terceiro ponto reprovado dizia respeito exclusivamente ao Novo Mercado: a imposição de ofertas públicas de aquisição de ações (OPA) quando se atingir percentual equivalente a 30% do capital da companhia. Nesse caso, o excesso de detalhe pode ter sido a principal causa de rejeição, face o mecanismo de fixação do preço na OPA com base no maior valor de mercado nos últimos doze meses, que eliminou, inclusive, a possibilidade de opção pelo valor econômico proposta pelas companhias.

Apesar dos itens rejeitados, foi aprovada a grande maioria dos pontos da reforma, com destaque para um dos assuntos que foi tema de discussões durante algum tempo: a proibição do acúmulo dos cargos de presidente do Conselho de Administração e de presidente executivo para companhias listadas nos três níveis de governança.





As companhias também concordaram com a necessidade da exigência de se elaborar uma política de negociação de valores mobiliários e de transações com partes relacionadas, temas que fazem parte das preocupações em relação ao mercado de capitais brasileiro.

ABRASCA DEFENDE VIGÊNCIA DA INSTRUÇÃO COLOCADA EM AUDIÊNCIA SOBRE O CÁLCULO DO EBITDA A PARTIR DE 2012

A Abrasca encaminhou para a CVM diversas sugestões sobre a minuta de Instrução que trata da normatização do cálculo do EBITDA. No documento foi destacado que a Abrasca não achava recomendável aplicar as possíveis mudanças no cálculo do EBITDA nas demonstrações financeiras de 2010, mas sim a partir de 2012, referente ao ano base de 2011, para dar tempo aos profissionais de assimilarem as mudanças.

O objetivo da CVM com a edição desta instrução é melhorar o nível de compreensão do LAJIDA (EBITDA) e LAJIR (EBIT) e torná-los comparáveis entre as companhias abertas. Para analisar a minuta, a Abrasca criou um grupo de trabalho integrado por representantes das companhias associadas, da Fipecafi, da Apimec e do Ibracon.

No documento encaminhado à CVM, além de defender que a instrução só fosse válida para as demonstrações de 2011, o presidente da Abrasca mencionou que o Grupo de Trabalho sugeriu: manter a opção das companhias excluírem itens não recorrentes do cálculo do Lajida/Lajir; divulgar uma lista de itens que serão considerados não recorrentes pela CVM, conforme o exemplo da Instrução CVM 358/02; e ajustar o prazo de definição de um evento como não recorrente para aqueles que não ocorreram nos últimos dois anos e que não se espera que ocorram no próximo ano.

SUCESO NA DEFESA DA VISÃO DAS INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS: POC É O MÉTODO CONTÁBIL DE RECONHECIMENTO DE RECEITAS QUE MELHOR REFLETE A ESSÊNCIA DAS ATIVIDADES DO SETOR

No início de 2010 a CVM publicou a Deliberação 612, aprovando a Interpretação ICPC 02 sobre atividades de incorporação imobiliária. Essa Interpretação, quando observada literalmente, pode gerar uma visão errônea das características das atividades do setor, no Brasil. Isso se deve ao fato de poder impedir a utilização do método POC (*Percentage of Completion*), que melhor reflete a essência das atividades de incorporação em nosso país e, por isso, em consonância com os princípios do IFRS.

Para tentar evitar tal distorção da norma internacional e garantir a melhor divulgação da informação contábil do setor, a Abrasca atuou, desde o início do ano, na retomada das discussões sobre o assunto. A CVM – Comissão de Valores Mobiliários – decidiu então criar um Grupo de Trabalho com a participação da Abrasca, do Ibracon e da Apimec.

Para esclarecer todos os pontos duvidosos sobre o tema, a Abrasca elaborou estudos e contratou pareceristas para ratificar tecnicamente a posição das companhias em prol da interpretação da norma em favor da manutenção do método POC.

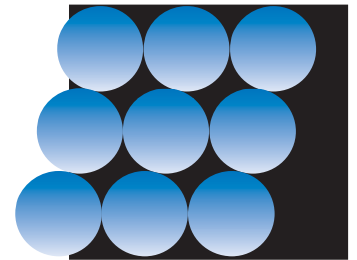
Diante de toda a argumentação elaborada pela Abrasca no decorrer das discussões do Grupo de Trabalho, a CVM e o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis – editaram a Orientação OCPC 04, documento aprovado pela maioria no Comitê, após quase um ano de debates, que ratificava o entendimento das companhias abertas, mantendo o sistema atual de reconhecimento da receita (POC), que ocorre conforme o percentual de execução da obra.

ABRASCA SE POSICIONA JUNTO À RECEITA FEDERAL CONTRA A ELABORAÇÃO DE CONTABILIDADE FISCAL PARALELA PELOS ALTOS CUSTOS E RISCOS ENVOLVIDOS

A Abrasca se manifestou contra projeto desenvolvido por técnicos da Receita Federal que iria editar Instrução Normativa para obrigar as pessoas jurídicas, que declaram pelo lucro real, a elaborar uma contabilidade fiscal paralela em meio digital e apresentá-la mensalmente. Essa contabilidade seria permanentemente acessível pela Receita Federal e por secretarias estaduais e municipais.

O projeto da Receita foi entendido, pela Abrasca, como prejudicial às companhias abertas pelos altíssimos custos para o atendimento das suas exigências, bem como pelo risco de vazamento de informações relevantes.

A Abrasca e outras entidades do mercado participantes do projeto SPED se reuniram com o secretário da Receita Federal, Otacílio Cartaxo, quando expuseram suas preocupações sobre essa questão. Até o final de 2010 o projeto de criar a contabilidade fiscal paralela estava sendo reexaminado.



ABRASCA ATENDE SOLICITAÇÃO DO IBEF-RIO, QUE OBTEVE LIMINAR SOBRE A INSTRUÇÃO CVM 480, E DISPONIBILIZA ESTUDO SOBRE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Atendendo solicitação do Ibef-Rio (Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças), a Abrasca disponibilizou para a entidade os estudos com a posição dos nossos associados sobre a divulgação da remuneração dos administradores de companhias abertas. O instituto, que em 2010 questionou judicialmente a Instrução CVM 480, conseguiu manter a liminar, concedida pelo TRF, que dá a seus associados o direito de não divulgarem os salários que recebem como administradores de companhia aberta.

Embora não seja favorável à divulgação de informações individualizadas, a Abrasca entendeu que, por ser uma entidade representativa de pessoas jurídicas, não teria legitimidade de propor o mesmo questionamento do Ibef-Rio, que defende os interesses de pessoas físicas.

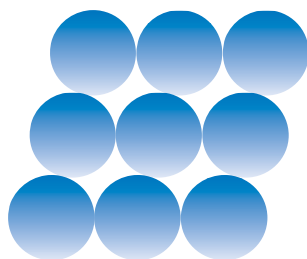
O trabalho que a Abrasca disponibilizou para o Ibef-Rio tinha sido encaminhado à CVM durante o período de audiência pública da nova Instrução 202 (atual 480) com diversas sugestões para divulgar a amplitude das remunerações pagas aos executivos pelas companhias abertas, evitando, no entanto, a individualização. As sugestões não foram aceitas, mas a Abrasca continua defendendo a posição de que a divulgação individualizada não é conveniente e nem necessária, além de comprometer a segurança dos administradores e de seus familiares.

A última sugestão que a Abrasca encaminhou à CVM defendia a divulgação de informações sobre a remuneração máxima e mínima de cada órgão da companhia por meio do conceito de “pratique ou explique”. Ou seja, as companhias que não julgarem adequada a divulgação devem explicar por que não o fizeram.

ACATADA PROPOSTA DA ABRASCA DE EXPLICITAR O PERÍODO DE SILÊNCIO NA NOVA INSTRUÇÃO CVM SOBRE OFERTAS PÚBLICAS

A Comissão de Valores Mobiliários editou a Instrução 482, que altera e atualiza a Instrução CVM 400, de 2003, com regras para ofertas públicas de ações e debêntures. Foi acatada a sugestão da Abrasca de fixar o período de silêncio nos 60 dias que antecedem o protocolo de pedido de registro da oferta de ações ou debêntures, ou, alternativamente, a partir do momento em que a decisão foi tomada e comunicada ao mercado por meio de um fato relevante.

Seminário – No seminário promovido pela Comissão de Valores Mobiliários para discutir a nova instrução, o presidente Antonio Castro disse que o período de silêncio gerou muitas dúvidas e controvérsias. “Uma das questões era a falta de clareza no chamado marco inicial do período de silêncio; a outra era a natureza das informações que o emissor deveria se abster de divulgar”, destacou.



Segundo Castro, muitas companhias, com receio de ver sua oferta pública suspensa ou colocar em risco o cronograma de lançamento, deixaram de disponibilizar certas informações, o que eventualmente se tornou prejudicial para o investidor e o próprio mercado.

A presidente da CVM, Maria Helena Santana, destacou que a nova Instrução, que entrou em vigor no dia 1º de agosto, torna mais transparente as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários. “O maior benefício será a redução do custo de capital das empresas”, afirmou.

ABRASCA PARTICIPA DO COMITÊ DE FUSÕES E AQUISIÇÕES

A Abrasca está participando, junto com a Anbima, Amec e IBGC, do Comitê de Fusões e Aquisições (CFA), coordenado pela BM&FBovespa. O objetivo é criar um código estabelecendo procedimentos para as operações de fusões e aquisições no país.

A adesão à autorregulação e à fiscalização do Comitê será voluntária por parte das companhias abertas, que receberão uma espécie de “selo” para diferenciá-las daquelas companhias que não aderirem ao CFA.

O objetivo da Abrasca é discutir, em 2011, a proposta do código com suas comissões técnicas antes de submetê-la ao Conselho Diretor.

ABRASCA É UMA DAS INSTITUIDORAS DE FUNDAÇÃO PARA TORNAR MAIS EFICAZ ATUAÇÃO DO CPC

A Abrasca, como membro do CPC, apoiou a criação da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC) para viabilizar de maneira sustentável as atividades do Comitê, que tem funcionado com um corpo de voluntários.

As atividades, já em andamento, serão intensificadas, como, por exemplo, a participação nas audiências sobre novas normas do IASB (*International Accounting Standards Board*) e a participação de membros do CPC em fóruns internacionais, além de novas atividades como a maior divulgação do processo de convergência por todo o Brasil. A Fundação terá um Conselho Curador, que é o órgão máximo de deliberação e orientação, formado pelos presidentes das seis entidades-membro (Abrasca, Apimec Nacional, BM&FBovespa, Conselho Federal de Contabilidade, Ibracon e Fipecafi).

Composição – Para a presidência deste conselho foi eleito o professor Iran Siqueira Lima (Fipecafi) e para a vice-presidência Juarez Domingues Carneiro (CFC). O Conselho Curador elegeu para a diretoria os seguintes nomes: Presidente – Edison Arisa Pereira (Ibracon); Diretor Financeiro – Nelson Mitimasa Jinzenji (CFC) e Diretor Administrativo – Haroldo Reginaldo Levy Neto (Apimec). Além disso, serão convidados representantes de reguladores, entidades e outras pessoas jurídicas para compor o Conselho de Vogais, que é o órgão de aconselhamento e que elegerá um Conselho Fiscal, composto de três membros titulares e três suplentes.

PROMOVIDOS ESTUDOS PARA SENSIBILIZAR O GOVERNO CONTRA O IOF SOBRE INVESTIMENTO EXTERNO EM AÇÕES

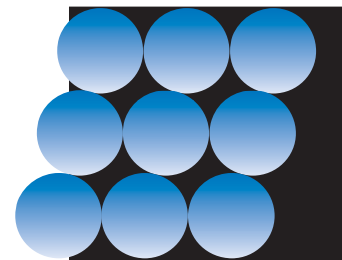
A Abrasca, por meio de sua Comissão de Mercado de Capitais (Comec), participou ativamente na elaboração das propostas do Plano Diretor do Mercado de Capitais de 2010. Durante as discussões, o Comitê Executivo do PMDC decidiu encomendar ao professor Carlos Antonio Rocca um trabalho sobre os efeitos da tributação com IOF na alíquota 2% sobre as liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizados por investidores estrangeiros.

O trabalho concluiu que não há influência sobre a taxa de câmbio, que é afetada pela flutuação das moedas e, principalmente, pela elevada taxa de juros praticada no mercado brasileiro. Destacou, porém, que a medida prejudica o desenvolvimento de longo prazo do mercado de capitais, estimula migração de liquidez para bolsas no exterior e cria insegurança jurídica, entre outros impactos.

ABRASCA PROMOVE 1º FÓRUM DE DISCUSSÃO DO IASB NO BRASIL

A Abrasca, o Ibracon e a Fipecafi realizaram, em setembro, em São Paulo, o 1º Fórum de Discussão do IASB (*International Accounting Standards Boards*) no Brasil. No Fórum foram analisadas três minutas de pronunciamentos contábeis que estavam, no momento, em audiência pública: Leasing; Atividades Extrativas e Reconhecimento de Receitas.

Mais de 60 pessoas participaram do evento entre contadores, auditores, representantes de companhias abertas, analistas, acadêmicos e reguladores. Eles assistiram, diretamente de Londres, as videoconferências da diretora técnica do IASB, Rachel Knubley, sobre Leasing; do gerente técnico do IASB, Glenn Brady, sobre Atividades Extrativistas; e do representante do FASB (*Federation of Accountants Standards Board*), Kenneth Bement, sobre as principais mudanças no reconhecimento de receitas.



ABRASCA FAZ PALESTRA EM PROGRAMA PARA PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE MERCADO DE CAPITAIS

A Abrasca apoiou a 8ª edição do Programa TOP, cujo objetivo é atualizar os conhecimentos de professores universitários, de graduação e pós-graduação, que lecionam disciplinas relacionadas ao mercado de capitais. Durante o evento, o presidente Antonio Castro abordou dois temas: “A visão da Abrasca sobre governança corporativa” e “Controle e divulgação de informações relevantes no mercado de capitais”.

O Programa TOP é uma iniciativa das instituições que formam o Comitê Consultivo de Educação, criado pela Deliberação CVM nº 498/06. Além da Abrasca, formam o Comitê as seguintes entidades: Anbima, Apimec Nacional, BM&FBovespa, Ibri e Ini.

DELIBERAÇÃO 624: CVM ATENDE PLEITO DA ABRASCA E MODIFICA PRONUNCIAMENTO CPC 02 SOBRE EFEITOS DAS MUDANÇAS DE TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

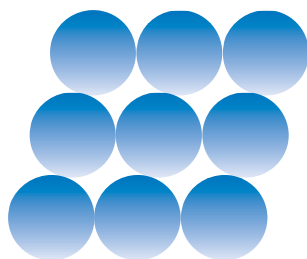
Atendendo a um pleito formulado pela Abrasca, a Comissão de Valores Mobiliários editou em janeiro a Deliberação 624, que, entre outras normas contábeis do CPC, modifica o Pronunciamento CPC 02, que trata dos Efeitos das Mudanças de Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

O pleito da Abrasca visava principalmente excluir a obrigatoriedade de que os ativos e passivos de uma controlada no exterior, que não se caracterize como entidade independente, sejam integrados às demonstrações individuais da empresa controlada. Dessa forma, a Deliberação ficou mais alinhada ao texto da norma internacional (IAS 21) que não trata dessa matéria e também não alcança as demonstrações individuais.

SEMINÁRIO CRIAÇÃO DE VALOR

Quase 100 especialistas do mercado de capitais, entre presidentes de entidades, representantes de companhias abertas e estudiosos do tema, participaram do Seminário Criação de Valor como Vantagem Competitiva, realizado, em março, pela Abrasca, no auditório da BM&FBovespa. O objetivo do evento foi discutir as diversas metodologias de criação de valor, particularmente a metodologia do Prêmio Abrasca de Criação de Valor, que está na sua 3ª edição.

Participaram do evento os presidentes da Apimec Nacional Lucy Sousa; da Fipecafi, Iran Siqueira Lima; da Amec, Walter Oliveira; da Eternit, Élio Martins; o diretor executivo da BM&FBovespa, Paulo Oliveira; o diretor financeiro da Neovia, Luiz Migueis; o diretor da GRC Visão, Alexandre Fischer; o presidente do Conselho de Administração da Cremer, Luiz Spínola; o diretor de RI da Cteep, Marcio Lopes; o diretor da Ernst & Young, Antonio Cocurullo; o gerente de RI da Vale, Viktor Moszkowicz; o gerente de RI da Ultrapar, Rodrigo Pizzinato, entre outros executivos.



O presidente da Abrasca, Antonio Castro, ao abrir o seminário ressaltou a importância de fornecer informações de qualidade ao mercado, permitindo aos investidores e analistas entenderem o valor intrínseco da companhia. “Isso significa que a companhia estará mais bem precificada quanto maior for a transparência e a disponibilidade de informação”, ressaltou.

Ele fez uma exposição sobre o conceito básico de criação de valor para os acionistas, o qual resumiu como “o excedente entre o retorno obtido sobre seus ativos e o custo de oportunidade para mantê-los”.

Entre as práticas recomendadas para criar valor, Castro lembrou a necessidade de adotar medidas ligadas à redução da volatilidade e da imprevisibilidade dos retornos da companhia a seus acionistas. Outros aspectos relevantes para as companhias são a necessidade de ampliar as práticas de governança corporativa e alinhar as políticas de remuneração aos acionistas com as expectativas dos investidores.

ABRASCA TEM NOVO ENDEREÇO EM SÃO PAULO

Em abril, a Abrasca mudou o escritório de São Paulo para a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 2504, conjunto 151, em Bela Vista. O telefone e o fax foram mantidos: (11) 3107-5557. A mudança foi autorizada pela AGE realizada no dia 3 de dezembro de 2009, em função da necessidade de desocupar o imóvel da Rua Boa Vista, 63, conjunto 83, no Centro, que durante anos foi sede da Abrasca na cidade paulista.

ABRASCA COMEMORA 40 ANOS PROMOVENDO O LANÇAMENTO DE UM LIVRO SOBRE A HISTÓRIA DAS COMPANHIAS ABERTAS NO BRASIL

A Abrasca, que completa 40 anos em 2011, vai registrar a data promovendo a edição de um livro contando a história das companhias abertas brasileiras. O objetivo é evidenciar a longa tradição do mercado de capitais em nosso País. A saga se inicia com o lançamento das ações do primeiro Banco do Brasil, em 1808, passando pela criação de grande número de companhias no final do século XIX, se estendendo pelo século XX e chegando ao início deste século em que o número de novas companhias abertas cresce aceleradamente.

O livro está sendo escrito por Ney Carvalho, que tem diversas obras publicadas sobre a história dos negócios no Brasil entre elas, *Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 150 anos; O encilhamento – anatomia de uma bolha brasileira; A guerra das privatizações*, entre outros. Ney Carvalho foi diretor da CVM e dirigente de tradicional corretora de valores, o que o credencia como profundo conhecedor do mercado de valores mobiliários.

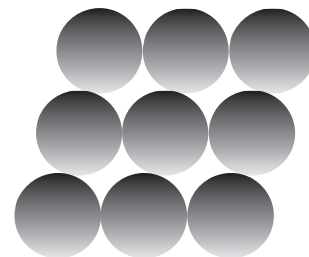
A obra será bilíngue (português e inglês), com 250 a 300 páginas e cerca de 250 imagens. A Abrasca criou um Comitê de Acompanhamento para documentar o progresso dos trabalhos. O livro será lançado em dezembro de 2011. A pesquisa e edição do livro estão sendo patrocinadas por cerca de 20 companhias associadas.

HERING GANHA PRÊMIO ABRASCA DE CRIAÇÃO DE VALOR 2010

O Comitê do Prêmio Abrasca de Criação de Valor, formado por 14 entidades do mercado, concedeu à Cia. Hering o prêmio de melhor caso de criação de valor de 2010. A companhia criou 127% de valor aos seus acionistas ao longo dos últimos três anos. O Prêmio, que está na 3ª edição, é concedido à empresa que, de acordo com metodologia própria, teve o maior índice de criação de valor nos últimos três anos, apresentou sustentabilidade nos resultados e excelência em controle de riscos, transparência e atuação socioambiental. O objetivo da Abrasca é distinguir as companhias com boas práticas de governança corporativa, princípio defendido pela entidade e postura exigida das empresas pelo mercado

Os destaques setoriais foram conquistados pelas empresas dos seguintes setores: Banco do Brasil (Banco & Crédito); Gerdau S.A. (Siderurgia e Metalurgia); Totvs (Tecnologia da Informação); CCR Rodovias (Transporte & Logística); Braskem (Petróleo & Gás, Química & Petroquímica); Vale (Mineração); Randon (Máquinas e Equipamentos); Energisa (Energia Elétrica); Rossi Residencial (Construção Civil & Mercado Imobiliário); Drogasil (Atacado & Varejo); Copasa (Saneamento e Serviços de Água e Gás); Vivo (Telecomunicações); SulAmérica (Serviços Financeiros) e Odontoprev (Serviços Médicos Hospitalares, Análises e Diagnósticos).

O Comitê de Premiação, que é soberano em seu voto, é composto por representantes das seguintes entidades: Amec, Anbima, Abrapp, Ancor, Adeval, Anefac, Apimec, BM&FBovespa, Fipecafi, Ibef, Ibgc, Ibracon, Ibri e Ini. A KPMG foi a empresa de auditoria responsável pela revisão e acompanhamento do Prêmio.



PRÊMIO ABRASCA DE CRIAÇÃO DE VALOR GANHA CHANCELA ACADÊMICA DA FIPECAFI

A Abrasca assinou, em novembro, convênio de cooperação técnica com a Fipecafi, cujo primeiro trabalho será o de aperfeiçoar a metodologia de cálculo do Prêmio para a edição 2011. O presidente da Fipecafi, Iran Siqueira, disse que o Prêmio tem tudo para se transformar em um Selo de Qualidade das companhias abertas.

Para o presidente da Abrasca, Antonio Castro, a assinatura do convênio é um passo importante para consolidar o Prêmio. O embasamento técnico e a reconhecida competência da Fipecafi irão conferir valor ainda maior à iniciativa da nossa associação de distinguir as companhias com bom desempenho e boas práticas de governança corporativa.

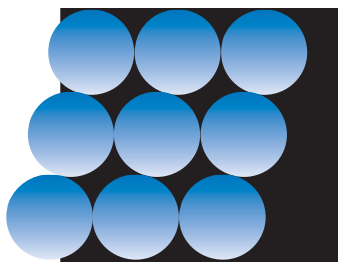
12º ENCONTRO DE RI E MERCADO DE CAPITALS REÚNE MAIS DE 700 PARTICIPANTES

A Abrasca, em parceria com o Ibri, realizou em julho, no Sheraton WTC, em São Paulo, a 12ª edição do Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercados de Capitais, que teve como tema central “O Mercado de Capitais no Brasil e o Mundo no Atual Cenário Econômico”. O evento, que reuniu mais de 700 pessoas, foi focado na crise financeira internacional e teve como objetivo mostrar como o investidor e o mercado estavam se comportando no novo cenário mundial.

Ao abrir o evento, o presidente da Abrasca, Antonio Castro, disse que o Encontro era um fórum adequado para abordar a questão regulatória, aspecto que está no centro das preocupações internacionais, a partir da crise financeira de 2008. Destacou também o trabalho da Abrasca na elaboração do seu Código de Autorregulação, que busca disseminar os bons padrões de governança corporativa para as companhias abertas brasileiras.

Durante os dois dias de palestras foram discutidos os seguintes assuntos: Cenário para a economia brasileira – 2011/2014; Ambiente regulatório, o que mudou e como as companhias estão se adequando; Implantação do IFRS no Brasil entre outros temas.

Vários presidentes e diretores de entidades e de companhias abertas estiveram presentes ao evento, que contou também com a participação de Scott Cutler, vice-presidente executivo da Nyse Euronext.



ABRASCA LANÇA ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2010

A Abrasca lançou no dia 12 de agosto, em um jantar no Villa Bisutti, em São Paulo, o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas – edição 2010**. Os dados reunidos para a publicação revelaram que em 2009 as 366 companhias abertas negociadas na BM&FBovespa recolheram mais de R\$ 61 bilhões em impostos, com aumento de 16% em relação aos R\$ 53 bilhões de 2008. A participação dessas companhias no Produto Interno Bruto (PIB) foi de 16,56%, ligeiramente abaixo do percentual registrado em 2008, 17,27%.

As companhias abertas responderam, no final de 2009, por mais de 6 milhões de empregos, diretos e indiretos no país, com crescimento de 6,4% na comparação com 2008. O Anuário revelou também que a atividade industrial brasileira apresentou resultado satisfatório, apesar da crise financeira mundial, iniciada no último trimestre de 2008, que marcou profundamente a economia internacional ao longo de 2009.

As receitas das 366 companhias abertas analisadas caíram apenas 3,2% em relação a 2008, ao totalizar R\$ 1,23 trilhão, e a margem operacional passou de 16% para 18%. O ativo total das companhias cresceu quase 8% e teve reflexo no valor de mercado das companhias listadas na BM&FBovespa, que aumentou 72% no ano passado.

PRÊMIO OS BEM-SUCEDIDOS DE 2010

O presidente da Abrasca, Antonio Castro, presidiu o júri, formado por 15 entidades, que escolheu os Bem-Sucedidos de 2010, prêmio que anualmente é concedido pela revista *Banco Hoje*. O objetivo da iniciativa é o de reconhecer publicamente o trabalho daqueles que contribuem efetivamente para o crescimento econômico e social do nosso país.

Os premiados nesta edição foram:

Categoria Especial: Maria Helena Santana, presidente da CVM

Categoria Instituições Financeiras: Fábio Barbosa, presidente do Santander e da Febraban

Categoria Indústria: João Alves de Queiroz Filho, presidente da Hipermercados

Categoria Entidade: Manoel Felix Cintra Neto, presidente da Ancor

Categoria Agronegócios: Senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura

Categoria Comércio: Abílio Diniz, presidente do Grupo Pão de Açúcar

Categoria Serviços: Edemir Pinto, presidente da BM&FBovespa

Categoria Educação e Pesquisas: Ariosvaldo de Matos Filho, professor da FGV-SP

Categoria Responsabilidade Social: Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos

Categoria Imprensa: Ricardo Galuppe, diretor editorial do jornal *Brasil Econômico*

ABRASCA PLEITEIA MAIOR PARTICIPAÇÃO NAS DISCUSSÕES DO IASB SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

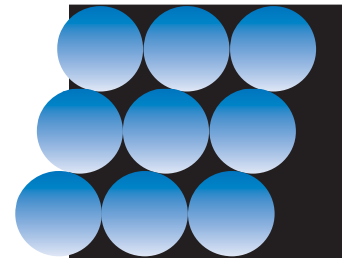
A Abrasca, por meio de seus representantes na Comissão de Mercado de Capitais (Canc), se reuniu em agosto com membro do Board técnico do IASB (*International Accounting Standard Board*), quando pleiteou participação maior das companhias abertas nas discussões das minutas de normas internacionais.

Durante o encontro, o presidente da Canc, Arthur Santos, mencionou que há dúvidas na adoção de algumas normas do IASB, em particular aquelas que tratam das concessões governamentais e de contratos de construção civil. O representante do IASB, Sr. Amaro Santos, ressaltou que a idéia do órgão é estimular a participação das companhias abertas nessas discussões, principalmente no caso do Brasil que adotou recentemente o IFRS como padrão contábil.

REVISÃO DE INTERPRETAÇÃO LIMITADORA DO USO DO JCP AMPLIA POSSIBILIDADE DE ECONOMIA FISCAL

A Abrasca criou um grupo de trabalho, com representantes de suas três comissões técnicas (Comec, Cojur e Canc), para elaborar um texto com informações aos seus associados sobre aspectos práticos na contabilização dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), calculados com base na conta de patrimônio líquido de exercícios anteriores.

Após ampla análise do tema explorando os aspectos contábeis e financeiros, com foco no resultado final do exercício fiscal, foi elaborado um documento de trabalho com subsídios sobre cada uma das possibilidades disponíveis de contabilização dos juros sobre capital próprio de exercícios anteriores. O objetivo do grupo foi possibilitar a cada associada avaliar qual a metodologia mais indicada para a realidade da sua companhia.



PRÊMIO ABRASCA DE MELHOR RELATÓRIO ANUAL 2010

Em novembro, a Abrasca realizou, no auditório da BM&FBovespa, em São Paulo, a cerimônia de entrega do 12º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual – edição 2010, relativo ao exercício financeiro de 2009. Este ano, houve 97 inscritos para concorrer ao prêmio, que já se tornou um dos mais representativos do mercado de capitais brasileiro. O prêmio foi criado em 1999 com o objetivo de incentivar as companhias a elaborarem relatórios com maior clareza, transparência, qualidade e quantidade de informações.

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) conquistou o primeiro lugar na Categoria Companhias Abertas Grupo 1 (receita líquida acima ou igual a R\$ 1 bilhão), para a qual se inscreveram 48 empresas. Já na Categoria Companhias Abertas Grupo 2 (receita líquida abaixo de R\$ 1 bilhão), com 15 concorrentes, a Eternit obteve a melhor pontuação.

Na Categoria Companhias Fechadas Grupo 1 disputaram 13 empresas, ficando o 1º lugar com a Endesa e, no Grupo 2, a TBG destacou-se entre as oito inscritas, conquistando pela segunda vez o prêmio. Na Categoria Organizações Não Empresariais foram inscritos 13 relatórios, e o primeiro lugar ficou com o IBGC.

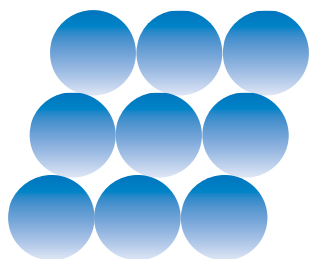
A escolha dos vencedores é definida por uma Comissão integrada por representantes das seguintes entidades: Aberje, Amec, Anbima, Anefac, Apimec Nacional, Apimec-São Paulo, BM&FBovespa, Ibef-São Paulo, Ibgc, Ibracon, Ibri e Ini. A Comissão é presidida por Lucy Souza, da Apimec Nacional. A coordenação dos trabalhos é feita pelo professor Lélío Lauretti.

ABRASCA DISCUTE GOVERNANÇA DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA EM SEMINÁRIO DA AMEC

O presidente da Abrasca, Antonio Castro, participou do seminário “O papel das estatais no desenvolvimento do mercado de capitais”, promovido pela Amec. O objetivo do encontro foi discutir propostas que contribuam para a evolução da governança corporativa em companhias controladas pelo governo.

Antonio Castro foi um dos debatedores do painel “Sociedade de economia mista: o interesse público e o interesse da companhia”, quando destacou a importância do papel dos conselheiros de administração e das agências reguladoras.

Participaram do evento: Ary Oswaldo Mattos Filho, professor e diretor de direito da FGV; Mario Engler, professor da FGV; Regis Lemos de Abreu Filho, presidente da Amec; Eliane Lustosa, conselheira do IBGC; Jairo Saadi, diretor do Insper; Lucy Souza, presidente da Apimec Nacional; Luiz Fernando Rolla, diretor do Ibri; Daniel Blume, analista sênior da OCDE; Karina Litvack, diretora da F&C Investmens; e Will Landers, diretor da Amec.



SONDAGEM ABRASCA DE EXPECTATIVAS ECONÔMICAS 2010

A sondagem realizada no início de cada semestre pela Abrasca, junto a seus associados, tem se revelado um indicador relevante de tendências. No início do ano, a maioria dos empresários estava apostando firme no bom desempenho da economia brasileira no primeiro semestre, tendência que se repetiu na segunda sondagem realizada em julho. A maioria previa crescimento nos investimentos para atender a um possível aumento nas vendas.

Realmente foi o que ocorreu. Segundo o IBGE, a produção industrial brasileira cresceu 10,5% em 2010, o melhor desempenho dos últimos 24 anos. Além disso, os primeiros balanços do exercício mostraram crescimento expressivo nas vendas das empresas.

Outra tendência importante detectada pela sondagem foi a expectativa em relação às taxas de juros. Em janeiro, a primeira sondagem já revelava a preocupação dos empresários em relação a um possível aumento na Selic, que estava em 8,75% ao ano. Dos que responderam à pesquisa naquele período, 46% já achavam que os juros iriam subir.

Em junho isso se evidenciou ainda mais, com 58% dos entrevistados acreditando que a Selic iria encerrar 2010 em 11,25% e 39% apostando em taxas ainda maiores.

O ano encerrou com a Selic bem próxima do estimado, 10,75%. Para 2011, a Abrasca pretende antecipar a divulgação da sondagem para o início dos meses de junho e dezembro, em lugar de julho e janeiro.

PMDC: ABRASCA PROPÕE ESTRATÉGIA PARA O FIM DA OBRIGATORIEDADE DE PUBLICAR BALANÇOS NO DIÁRIO OFICIAL

A Abrasca reiterou ao Plano Diretor do Mercado de Capitais (PMDC) o posicionamento das companhias abertas pelo fim da obrigatoriedade da publicação de balanços no Diário Oficial. A proposta da associação é substituir a obrigatoriedade da publicação dos balanços no DO pela alimentação dos dados de balanço na Central de Balanços, criada no âmbito do SPED.

Segundo o documento produzido pela Abrasca para integrar o PMDC, a Central de Balanços atende, cumulativamente, às duas características presentes no Diário Oficial:

1) livre acesso à informação pública, garantindo transparência das atividades e resultados das companhias; e 2) atua como um registro público, indelével, das informações presentes no Balanço Social das companhias.

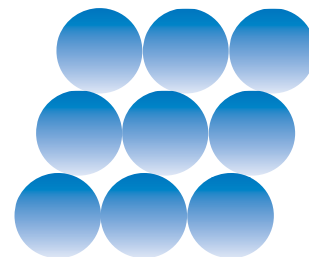
Para a Abrasca, mantidos em um repositório e publicados em diversos níveis de agregação, a Central de Balanços possibilitará que esses dados sejam utilizados para geração de estatísticas, análises nacionais e internacionais (por setor econômico, forma jurídica e porte das empresas), análises de risco, estudos de empresas, avaliações contábeis etc.

A Associação lista ainda benefícios que a medida traria para as companhias abertas e para seus diversos públicos estratégicos:

- Rapidez no acesso às informações;
- Redução de custos administrativos e do “Custo Brasil”;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação; e
- Redução do uso de papel-jornal, com consequente preservação do meio ambiente pela redução do consumo de celulose.

O Plano e as metas para 2011 – O PMDC teve início em 2002, no âmbito do movimento “Ação Cívica pelo Desenvolvimento do Mercado de Capitais”, liderado pela BOVESPA e com a participação de 45 entidades do mercado. O documento propõe medidas práticas para a retomada do mercado como instrumento fundamental para que o País volte a crescer de maneira sustentada, considerando seu papel de alavancador de recursos. Além disso, o Plano pretende mostrar que o mercado de capitais é importante não só para analistas e corretores, mas para toda a sociedade, incluindo as empresas, que precisam desses recursos para financiar seus investimentos.

Entre as propostas da Agenda 2011 do Mercado de Capitais estão: ampliação do programa de educação financeira; discussão de um novo modelo previdenciário para novos trabalhadores; e, mudanças tributárias que favoreçam os investimentos de longo prazo.



FIM DO RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apesar dos esforços da Abrasca no âmbito da reforma da Instrução 202, a CVM manteve a obrigação das companhias abertas de preparar e publicar Relatório de Administração, previsto no IN 480/09. A entidade entende que o número de informações contido no Formulário de Referência é suficiente para dar visibilidade e transparência sobre a situação da empresa. A publicação do Relatório torna-se, portanto, um ônus excessivo para as companhias sem qualquer benefício para o mercado.

BRAZIL DAY: 200 INVESTIDORES E ANALISTAS ASSISTEM APRESENTAÇÕES DE 17 COMPANHIAS BRASILEIRAS EM NOVA YORK

A Abrasca realizou em outubro, na sede da Bloomberg, em Nova York, a 5ª edição do Brazil Day. O evento é promovido a cada dois anos em parceria com o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri), Apimec-Nacional e BM&FBovespa.

As 16 companhias que se apresentaram para analistas e investidores internacionais foram divididas em cinco painéis setoriais: Bancos (Banco do Brasil, Banco Bradesco, Banco Panamericano, Itaú Unibanco e Cielo); Serviços Públicos (Cemig; Eletrobras e Sabesp); Mineração e Siderurgia (CSN, Gerdau e Usiminas); Petróleo & Petroquímica (Petrobras e Braskem); Imobiliário (Brookfield, JHSF, MRV Engenharia). Além das apresentações plenárias, as companhias realizaram reuniões reservadas com investidores.

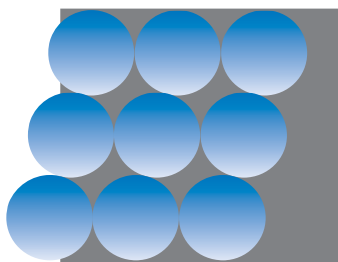
O presidente da Abrasca, Antonio Castro, ao falar na abertura do evento lembrou que a edição anterior (2008) ocorreu no início da crise financeira internacional, que acabou sendo um teste para a economia dos principais países. Para o Brasil, disse o presidente, foi um momento delicado e ao mesmo tempo uma oportunidade para demonstrar a solidez do mercado de capitais brasileiro e o alto nível de governança corporativa, transparência e controle de riscos. “A crise serviu para as companhias brasileiras mostrarem que estavam preparadas, especialmente no campo regulatório”, afirmou Antonio Castro.

ABRASCA NA MÍDIA

Em 2010, a Abrasca registrou 724 inserções na mídia, representando crescimento de 17% no volume total de notícias espontâneas sobre o ano anterior.

A participação na mídia impressa (jornais e revistas) foi mantida, na casa dos 15%, enquanto o noticiário online (sites e agências de notícias) predomina fortemente, como acontece neste segmento. Novidade neste ano de 2010 são os blogs (inclusos na categoria online) que começam a abrir espaços também. Com isso, registramos aproximadamente 1% a mais de exposição no universo online sobre o impresso, em relação ao ano anterior.

No mesmo período tivemos exposições na Rádio Eldorado (cadeia nacional) e na GLOBO NEWS (Programa Conta Corrente), além da TV Ponta Grossa (PR). Comparativamente a 2009, este índice (rádio e TV) manteve-se estável.



ARTIGOS DO PRESIDENTE

Brasil inicia 2010 com empresários dispostos a investir – Uma análise da primeira Sondagem da Abrasca que aponta o otimismo dos empresários diante das excelentes perspectivas de crescimento da economia no ano. **Criação de Valor como Vantagem Competitiva** – O texto comenta Seminário realizado pela Abrasca e a tendência internacional de analisar o desempenho de uma companhia com uma visão bem mais complexa. **Instrução 482: um novo balizador para as ofertas públicas** – O artigo destaca as mudanças trazidas pela Instrução, particularmente a contribuição da Abrasca em relação às regras para o Período de Silêncio. **IFRS: começa uma nova etapa na gestão das empresas** – O enfoque são os desafios que as companhias terão pela frente para enquadrar seus procedimentos contábeis aos padrões internacionais. **Liquidez em pregão garante valor de mercado maior** – Aplicação da metodologia do Prêmio Abrasca de Criação de Valor revela informações relevantes sobre o desempenho de uma empresa no mercado. **Prêmio Abrasca de Criação de Valor tem metodologia atualizada** – O texto explica por que o índice de criação de valor, que antes era restrito ao ano anterior, passou a ser uma média ponderada dos últimos três anos. **Um retrato por inteiro do desempenho das companhias abertas em 2009** – Uma análise dos principais números reunidos no Anuário Estatístico das Companhias Abertas. Os dados revelam que as empresas se saíram bem, apesar do ano difícil. **Clima de otimismo na indústria continua no segundo semestre** – O artigo comenta o resultado da Sondagem da Abrasca, realizada em julho, que apontava o otimismo dos empresários para o segundo semestre do ano. **A reforma do Novo Mercado não fracassou** – O texto mostra a participação ativa da Abrasca nas discussões e destaca que a maioria dos itens propostos pela BM&FBovespa foi aprovada pelas companhias. **Brazil Day, oportunidade de mostrar o potencial de nossas empresas** – O artigo faz um relato do evento com ênfase no interesse dos investidores estrangeiros em colher informações sobre as empresas e os indicadores macroeconômicos do país.

AGENDA LEGISLATIVA DO MERCADO DE CAPITAIS

Projeto de Lei 32/99 – EMENTA: Cria balanço social para as empresas que menciona. RESUMO: Obriga a elaboração de balanço social para empresas privadas com mais de cem funcionários. E regula o modelo de balanço. ANDAMENTO: Em 31/1/2011, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 1/2/2011 – Suplemento ao nº 14. POSIÇÃO DA ABRASCA: Não recomendável a adoção de um padrão único para o balanço social. Tais demonstrações devem continuar sendo voluntárias. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 2.550/00 – EMENTA: Dispõe sobre as ações ordinárias e preferenciais não reclamadas correspondentes à participação acionária em sociedades anônimas de capital aberto. RESUMO: Transfere para a propriedade da União as ações não reclamadas. ANDAMENTO: Projeto em trâmite no Senado com o número 119/05, aguardando retorno. Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa) – Remessa ao Senado Federal, através do Of PS-GSE/523/05. POSIÇÃO DA ABRASCA: Expropriação de ações nominativas em razão de desatualização de cadastro é inconstitucional, e portanto, inadmissível. A Abrasca produziu sugestão de substitutivo. A Abrasca é a favor com alterações.

Projeto de Lei 2.814/00 – EMENTA: Altera o art. 60 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, fixando limites para emissão de debêntures, sendo oitenta por cento do valor dos bens gravados, próprios ou de terceiros, com garantia real ou cem por cento do patrimônio líquido, nos demais casos; na hipótese de oferta pública a CVM poderá, justificadamente, fixar outros limites. RESUMO: Impede a emissão de debêntures sem garantia, que ultrapassem o patrimônio líquido da empresa. ANDAMENTO: Em 24/3/03, COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) – Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação publicado no DCD de 21/3/03, Letra A, PÁG 8965, COL 02. POSIÇÃO DA ABRASCA:

A medida, sob o ponto de vista técnico do mercado de capitais e da distribuição de valores mobiliários, é ineficaz e contraproducente. Precisaria ser radicalmente aperfeiçoada. Da forma em que se apresenta, impede a utilização de debêntures em operações de securitização. A Abrasca é contra.

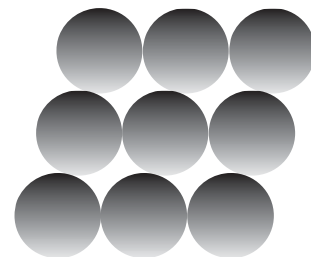
Projeto de Lei 5.672/01 – EMENTA: Elimina a permissão de dupla estrutura do capital, prevenindo a existência de três classes de ações: ordinárias, de fruição e especiais e estabelece normas de transição, relativamente às ações preferenciais, dentre outras alterações. RESUMO: Impede a emissão de ações preferenciais e dá prazo para compulsoriamente transformar preferenciais em ordinárias. ANDAMENTO: Em 21/3/2011, Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Devolvida sem Manifestação. POSIÇÃO DA ABRASCA: Intervenção autoritária e violenta sobre atos jurídicos perfeitos praticados pelo mercado no passado. Na prática o próprio mercado tem desenvolvido mecanismos voluntários para resolver esta questão. A Abrasca é contra.

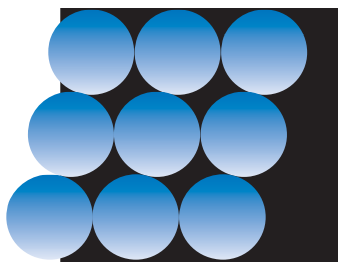
Projeto de Lei Senado 368/05 – EMENTA: Altera o parágrafo único do art. 81 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o plano real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências”. RESUMO: Dá novas diretrizes para a reformulação do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN). ANDAMENTO: Em 20/1/2011, CAE – Comissão de Assuntos Econômicos. Situação: Aguardando designação do relator. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é a favor do projeto de lei.

Projeto de Lei Senado 214/06 – EMENTA: Altera a redação do § 1º art. 111 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição do direito de voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos. RESUMO: O projeto amplia o escopo do dispositivo da Lei societária para estabelecer que os titulares das ações preferenciais sem direito a voto passarão a ter essa prerrogativa se a companhia, pelo prazo de 3 exercícios consecutivos, não lhes pagar nenhum dividendo. ANDAMENTO: Em 28/2/2008, SEXP-SECRETARIA DE EXPEDIENTE Situação: REMETIDO À CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ofício SF nº 155 de 28/2/08, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 24 a 25). POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é contra o projeto, porque altera contratos juridicamente perfeitos, que são direitos estabelecidos em estatuto para os acionistas das companhias.

Projeto de Lei Senado 961/07 – EMENTA: Dispõe sobre a divulgação e o uso de informações sobre ato ou fato relevante e altera os arts. 27-D e 27-F da Lei nº 6.385/76. RESUMO: Dispõe sobre o que é relevante, quais as modalidades de atos e fatos relevantes e as formas de divulgação ou de uso dessas informações. Ademais a alteração do art. 27-D trata da equiparação da pena para quem contribui para a obtenção da vantagem indevida, e da possibilidade de medida cautelar no bloqueio dos recursos ilícitos. Enquanto que a alteração do art. 27-F dispõe sobre as multas cominadas para os crimes do art. 27-C e D. ANDAMENTO: Em 21/3/2011, Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Devolvida sem Manifestação. POSIÇÃO DA ABRASCA: O projeto tem alguns equívocos básicos, a começar pelo fato de que se baseia numa instrução que a CVM revogou, qual seja, a Instrução 31, hoje substituída pela 358. Ademais, o conceito de incluir na lei normas que devem ser flexíveis o suficiente para se adaptarem às circunstâncias do mercado parece altamente inconveniente. Devem ser feitas visitas individuais ao relator do PL para que sejam colhidas informações sobre a motivação do projeto.

Projeto de Lei Senado 164/08 – EMENTA: Altera o caput do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Sociedades por Ações), para aumentar de oitenta para noventa o percentual do preço mínimo a ser pago aos demais acionistas da companhia no caso de alienação do controle. RESUMO: O projeto propõe aumentar de oitenta para noventa o percentual de *tag along*. ANDAMENTO: Em 23/12/2010 no DSF Página(s): 20-90 Suplemento nº 213-C. Em 3/2/2011 SARQ – Secretaria de Arquivo. Processo Arquivado. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca entende que não é oportuna a alteração do valor de 80%, previsto no art. 254.





Projeto de Lei 3.401/08 – EMENTA: Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências. RESUMO: Visa a instaurar um incidente processual para permitir a ampla defesa toda vez que se pretender desconsiderar a pessoa jurídica para atingir a responsabilidade de sócios e administradores. ANDAMENTO: Em 23/3/2011, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é a favor do projeto. Este é fruto de um trabalho do Plano Diretor, do qual a Abrasca participa.

Projeto de Lei 3.804/08 – EMENTA: Acrescenta o § 7º ao art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que “Dispõe sobre a sociedade por ações”. RESUMO: Obriga as companhias abertas a remeter a seus acionistas informações relativas à pauta de assuntos que serão deliberados na respectiva assembleia com maior antecedência. ANDAMENTO: Em 18/3/2011, Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto – Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 21/3/2011). POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é contra o projeto de lei. O assunto é regulado pela ICVM 481.

Projeto de Lei 4.272/08 – EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras para as sociedades de grande porte. RESUMO: Altera a Lei nº 11.638, de 2007. ANDAMENTO: Em 31/1/2011, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 1/2/2011 – Suplemento ao nº 14. POSIÇÃO DA ABRASCA: Pretender estender às sociedades de grande porte publicações que já estão sendo questionadas em relação às sociedades anônimas abertas se configura um contrassenso. A Abrasca é contra o projeto de lei.

Projeto de Lei 5.623/09 – EMENTA: Define como alienação de controle de companhia aberta a transferência, efetuada mediante incorporação por meio de troca de ações. RESUMO: Altera a Lei das Sociedades Anônimas (6.404/76). ANDAMENTO: Em 31/1/2011, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 1/2/2011 – Suplemento ao nº 14. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é contra a ideia e deliberou junto com suas comissões a criação de um grupo de trabalho para redigir um documento a ser enviado ao relator da proposta, Dep. Armando Monteiro.

Decreto 7.277/2010 – EMENTA: Dá nova redação aos arts. 2º, 3º, 4º e 6º do Regimento Interno do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, anexo ao Decreto nº 1.935, de 20 de junho de 1996, e dá outras providências. RESUMO: Altera a função dos representantes da SECEX e do presidente, cria uma Secretaria-Executiva, entre outras modificações no Regimento Interno do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. ANDAMENTO: Publicado no Diário Oficial da União Seção 1 – 30/8/2010. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca integra, em caráter titular, o CRSFN (O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro), que participa do julgamento, em segunda e última instância, dos recursos interpostos em relação às decisões quanto a aplicação de penalidades administrativas pelo Bacen, CVM e MIDIC.

Medida Provisória 517/2010 – EMENTA: Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica, altera as Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.). RESUMO: Vai adequar o regime legal aplicável às debêntures, para flexibilizar o processo de emissão e viabilizar a formação de um mercado secundário mais dinâmico para esses papéis. ANDAMENTO: Em 17/2/2011, SEXP – SECRETARIA DE EXPEDIENTE. REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS. Anexado o Ofício CN nº 81, encaminhando o processado da referida Medida Provisória ao Presidente da Câmara dos Deputados, conforme o art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32 (fls. 352). POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca colocou em pauta o tema nas reuniões com as associadas e respondeu ao Edital de Audiência Pública-SDM 01/11 com as sugestões das mesmas. Em 10/3/2011 foi divulgado Relatório de Audiência Pública pela CVM acatando a maioria das alterações enviadas pela Abrasca, a serem encaminhadas ao relator da MP.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/DEZ/2010 E DE 2009

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

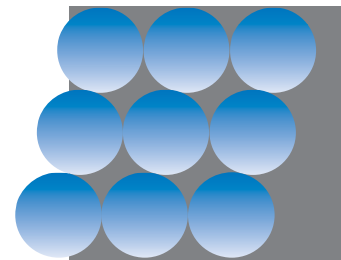
	<u>2010</u>	<u>2009</u>		<u>2010</u>	<u>2009</u>
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos (nota 4)	45.818	57.330	Fornecedores	-	11.173
Aplicações financeiras (nota 5)	915.210	416.191	Contribuições sociais	11.184	14.177
Contribuições a receber	2.400		Obrigações tributárias	5.039	2.758
Imposto a recuperar	1.097	928	Provisão de férias	38.797	32.793
Adiantamentos de salários e outros	1.153	6.395	Cursos e atividades especiais (nota 7)	573.783	180.261
	<u>965.678</u>	<u>480.844</u>	Contribuições a apropriar (nota 8)	<u>270.771</u>	<u>222.669</u>
				<u>899.574</u>	<u>463.831</u>
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO SOCIAL (nota 9)		
Investimentos	1	1	Patrimônio Social	222.062	329.941
Imobilizado (nota 6)	190.955	204.886	Superávit do Exercício	35.744	(107.879)
Intangível	746	162		<u>257.806</u>	<u>222.062</u>
	<u>191.702</u>	<u>205.049</u>			
TOTAL DO ATIVO	<u>1.157.380</u>	<u>685.893</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>1.157.380</u>	<u>685.893</u>

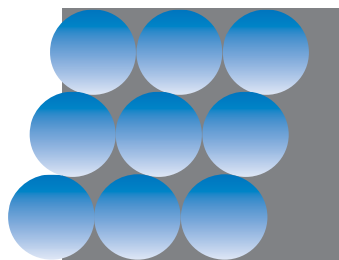
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
RECEITAS ORDINÁRIAS (Nota 10)		
Mensalidades	1.709.967	1.479.794
Outras contribuições	104.098	109.222
	<u>1.814.065</u>	<u>1.589.016</u>
DESPESAS ORDINÁRIAS		
Pessoal (Nota 11)	(535.639)	(467.017)
Coordenação administrativa (Nota 12)	(295.900)	(281.812)
Assessoria (Nota 13)	(123.857)	(126.389)
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(278.474)	(265.215)
Comunicação	(88.718)	(90.484)
Viagens (Nota 15)	(170.009)	(153.935)
Aluguéis	(125.796)	(109.281)
Manutenção e equipamentos	(23.836)	(19.102)
Depreciações	(32.729)	(29.329)
Despesas tributárias	(12.663)	(14.621)
Despesas financeiras	(5.140)	(6.394)
Receitas financeiras	97.418	69.376
Outras despesas gerais (Nota 16)	(126.644)	(145.404)
	<u>(1.721.987)</u>	<u>(1.639.607)</u>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com publicações	(56.334)	(57.288)
	<u>(56.334)</u>	<u>(57.288)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>35.744</u>	<u>(107.879)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.




**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO** (Em reais)

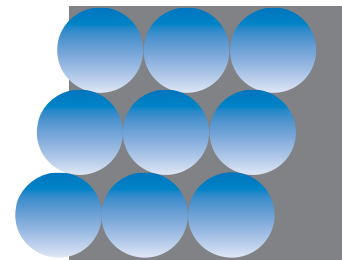
	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2008	210.248	119.693	329.941
Transferência do superávit acumulado	119.693	(119.693)	
Superávit do exercício		(107.879)	(107.879)
Em 31 de dezembro de 2009	<u>329.941</u>	<u>(107.880)</u>	<u>222.062</u>
Transferência do superávit acumulado	(107.880)	107.880	
Superávit do exercício		35.744	35.744
Em 31 de dezembro de 2010	<u>222.062</u>	<u>35.744</u>	<u>257.806</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO** (Em reais)

ORIGENS	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Superávit do exercício	35.744	107.879
Ajuste para reconciliar o déficit		
■ Depreciação e amortização	<u>32.729</u>	<u>29.329</u>
Superávit ajustado	68.473	(78.550)
Redução/(aumento) nos ativos operacionais		
Contribuições a receber	(2.400)	1.792
Adiantamentos de salários e outros	<u>5.073</u>	<u>(6.256)</u>
	71.146	(83.014)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(11.173)	7.993
Contribuições sociais	(2.993)	6.363
Obrigações tributárias	2.281	(196)
Provisões de férias	6.004	5.389
Cursos e atividades especiais	393.522	(77.968)
Contribuições a apropriar	<u>48.102</u>	<u>17.049</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>506.889</u>	<u>(124.384)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(18.496)	(55.712)
Aquisição de intangível	<u>(886)</u>	<u>(886)</u>
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(19.382)</u>	<u>(55.712)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>487.507</u>	<u>(180.096)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	473.521	653.617
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>961.028</u>	<u>473.521</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>487.507</u>	<u>(180.096)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/DEZ/2010 E DE 2009 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas, entidade sem finalidade de lucro, foi constituída em 21 de dezembro de 1971. São objetivos da Entidade:

- Colaborar com os poderes públicos competentes no aperfeiçoamento das medidas disciplinares do mercado de capitais e no que for de interesse geral das associadas.
- Colaborar com as entidades públicas e privadas vinculadas ao mercado de capitais no aperfeiçoamento dos sistemas e atos relacionados com a emissão, distribuição, intermediação e circulação de valores mobiliários ou títulos emitidos pelas associadas e quaisquer direitos a eles relativos.
- Participar, com a Bolsa de Valores, na indicação dos representantes das Companhias Abertas nos Conselhos ou outros órgãos daquelas entidades.
- Promover e fomentar a troca, entre as associadas, de informações, experiências e técnicas.
- Realizar ou fazer realizar estudos, investigações e pesquisas técnicas e administrativas.
- Acompanhar a evolução do direito do mercado de capitais no país e no estrangeiro.
- Coletar e divulgar informações e dados de interesse do mercado de capitais.
- Representar as Companhias Abertas, na forma permitida em lei, nos órgãos públicos do País ou quaisquer outras entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, em assuntos relativos aos fins sociais.
- Divulgar, debater e promover o mercado de capitais ou a economia de mercado em sentido amplo com empresas não associadas e o público em geral, que poderão participar de eventos, cursos, seminários e de outras atividades promovidas pela Entidade.
- Estabelecer convênios com outras entidades sem fins lucrativos para a realização de atividades que visem alcançar os objetivos da Entidade.
- Colocar à disposição de outras entidades sem fins lucrativos os serviços prestados nas suas finalidades institucionais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, todos os pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que serão aplicáveis para a Entidade, considerando as suas operações, são:

- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas
- CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de TVM
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
- CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08
- CPC 14 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidênciação
- CPC 20 – Custo de Empréstimo
- CPC 24 – Evento Subseqüente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 – Ativo Imobilizado
- CPC 30 – Receitas
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- CPC 38 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração
- CPC 39 – Instrumentos Financeiros – Apresentação
- CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos de Contabilidade (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações financeiras são apresentadas na descrição abaixo das principais diretrizes utilizadas.

A Entidade não apresentou durante o exercício de 2010, resultado abrangente em suas operações.

3.1. Regime de apuração do resultado

A Entidade utiliza o regime de competência dos exercícios para registro de suas operações.

3.2. Ativo e passivo circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço.

3.3. Aplicações financeiras

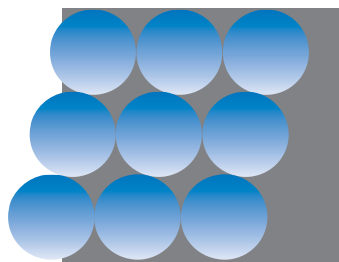
Estão demonstradas ao custo, acrescidas das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo o valor de realização. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado financeiro foram classificados como mantidos para negociação.

3.4. Permanente

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, sendo ainda o imobilizado depreciado pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. Em 31 de dezembro de 2008, houve a reclassificação de valores registrados na rubrica de imobilizado para a rubrica de intangível no montante de R\$405.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos do imobilizado e do intangível, com vida útil definida, têm os seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

**4. CAIXA E BANCOS**

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa		
Bradesco S.A. – Rio de Janeiro	27.937	1.420
Banco do Brasil – São Paulo	263	120
Bradesco S.A. – São Paulo	16.100	55.650
Banco Nossa Caixa	36	36
Safra S.A. – Rio de Janeiro	1.447	104
Banco do Nordeste	35	
	<u>45.818</u>	<u>57.330</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fundos de aplicação financeira		
■ Safra S.A.	484.229	351.127
■ Concórdia	370.710	29.620
■ Banco Real	26.701	24.789
■ Bradesco S.A. - São Paulo	9.413	3.983
■ Bradesco S.A. - Rio de Janeiro	24.158	6.672
	<u>915.210</u>	<u>416.191</u>

A totalidade das aplicações financeiras, estão registradas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) são remuneradas a taxas que variam entre 0,80% e 0,85% do CDI, podendo ser resgatadas antecipadamente, sem prejuízo dos rendimentos.

6. IMOBILIZADO

	<u>Taxas anuais de depreciação</u>	<u>Valor residual dez/2009</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Valor residual dez/2010</u>
Máquinas e equipamentos	10%	12.567			(2.014)	10.553
Computadores e acessórios	10% e 20%	26.462	198		(10.535)	16.125
Móveis e utensílios	10%	79.266	9.498		(9.304)	79.460
Instalações	10%	86.591	8.800		(10.574)	84.817
		<u>204.886</u>	<u>18.496</u>		<u>(32.427)</u>	<u>190.955</u>

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, quando aplicável. A Entidade tem entendimento que os bens que compõem o imobilizado estão demonstrados a valores próximos dos valores de mercado, não havendo, portanto a necessidade de adoção de *deemed cost*.

A Administração da Entidade julga que as taxas de depreciação aplicadas representam adequadamente a vida útil econômica dos bens.

7. CURSOS E ATIVIDADES ESPECIAIS

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Contribuições especiais	2.020.838	1.094.990
Despesas	(1.447.055)	(914.729)
	<u>573.783</u>	<u>180.261</u>

As atividades especiais consistem em cursos, pesquisas, eventos ou divulgações relacionadas aos objetivos da Abrasca, que exigem recursos específicos que são obtidos com as associadas. As despesas e as contribuições recebidas relacionadas com a realização dessas atividades são controladas em conta de passivo, até a data de conclusão dos eventos, quando ocorre então a liquidação financeira e sua respectiva baixa para o resultado.

8. CONTRIBUIÇÕES A APROPRIAR

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outras contribuições	270.771	222.669
	<u>270.771</u>	<u>222.669</u>

Registra as contribuições dos associados a apropriar recebidas antecipadamente correspondentes à trimestralidade, semestralidade e anualidade, que são transferidas para o resultado de acordo com o período de competência.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL**9.1. Patrimônio social**

Incorpora os resultados apurados em cada exercício, aprovados pela Assembléia Geral e as doações de bens patrimoniais.

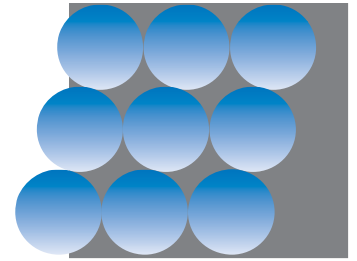
9.2. Superávits acumulados

Registra o valor do superávit do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembléia Geral.

10. RECEITAS ORDINÁRIAS

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Mensalidades	1.709.967	1.479.794
Outras contribuições	104.098	109.222
	<u>1.814.065</u>	<u>1.589.016</u>

Registra as contribuições periódicas dos associados referentes a cursos, eventos, seminários e outras atividades promovidas pela Entidade.



11. PESSOAL

	2010	2009
Salários	(172.711)	(149.263)
INSS	(70.629)	(60.193)
FGTS	(21.230)	(19.291)
Gratificações	(17.322)	(6.094)
Anuênios	(6.009)	(6.192)
13º Salário	(18.797)	(16.546)
Férias	(20.781)	(12.192)
Assistência médica	(120.105)	(99.153)
Vale transporte	(20.714)	(17.222)
Auxílio-refeição	(24.531)	(20.797)
Estagiários	(34.143)	(43.615)
Outros	(8.667)	(16.459)
	<u>(535.639)</u>	<u>(467.017)</u>

12. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Registra os gastos com prestação de serviços para o planejamento, organização, execução e coordenação da Entidade no montante de R\$ 295.900 em 2010 e de R\$ 281.812 em 2009.

13. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Registra os gastos com assessoria de imprensa, com os veículos de comunicação, no montante de R\$ 123.857 em 2010 e de R\$ 126.389 em 2009.

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2010	2009
Assessoria tributária	(18.347)	(21.868)
Assessoria jurídica	(55.892)	(54.392)
Assessoria CRFSN		(5.962)
Coordenação de eventos	(42.000)	(38.000)
Processamento de dados	(26.924)	(25.324)
Assessoria econômica	(113.692)	(103.673)
Outros	(21.619)	(15.996)
	<u>(278.474)</u>	<u>(265.215)</u>

Registram os gastos com assessorias, coordenação de eventos, processamentos de dados e demais despesas inerentes à Administração da Entidade.

15. VIAGENS

São despesas realizadas para participação em reuniões do Conselho Diretor, Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, bem como contatos com outras entidades do mercado e autoridades, além da presença em eventos ligados aos objetivos da Entidade. Também se destinam a atender à permanente manutenção das informações administrativas no Município de São Paulo, por ser a matriz da Abrasca ali localizada.

16. OUTRAS DESPESAS GERAIS

	2010	2009
Almoço e reuniões	(10.407)	(13.393)
Manutenção e conservação	(27.879)	(30.181)
Luz e água	(17.217)	(15.707)
Despesas com associações	(19.969)	(22.463)
Serviços gráficos	(6.996)	(9.660)
Material de escritório	(11.927)	(14.181)
Transporte	(8.234)	(7.386)
Material de limpeza	(5.626)	(4.903)
Livros, jornais e revistas	(2.312)	(2.837)
Copa e cozinha	(8.055)	(6.628)
Cópias e reproduções	(393)	(1.067)
Serviços de entrega	(195)	(1.277)
Aluguel de equipamentos		(4.800)
Taxas diversas	(3.217)	(5.979)
Outros	(4.217)	(4.942)
	<u>(126.644)</u>	<u>(145.404)</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos.

17.1. Gerenciamento dos riscos financeiros

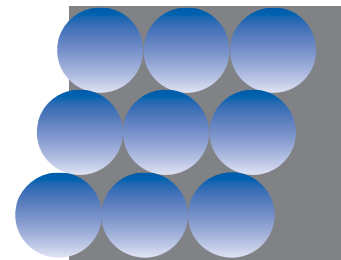
A Entidade possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Entidade enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

ABRASCA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS COMPANHIAS ABERTAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da
Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas

Examinamos as demonstrações contábeis da Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erros.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STX Desenvolvimento Imobiliário S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2011.

Luiz Carlos de Carvalho – Sócio-Contador – CRC 1SP197193/O-6 “S” RJ
BDO Auditores Independentes – CRC 2SP013439/O-5 “S” RJ

BDO